

TERRITÓRIO E VIOLÊNCIA URBANA: OS AGENTES MACRO TERRITORIAIS E OS CRIMES VIOLENTOS LETAIS EM MACAPÁ-AMAPÁ

Clay Anderson Nunes Chagas

Universidade do Estado do Pará – UEPA
Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
claychagas@uepa.br

Leidiane Souza de Almeida

Universidade Federal do Pará – UFPA
Mestrado em Segurança Pública
Oficial da Polícia Militar do Estado do Amapá
leidiane24@gmail.com

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Universidade Federal do Pará – UFPA
Professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
ramosedson@gmail.com

Roberto Magno Reis Netto

Universidade Federal do Pará – UFPA
Oficial de Justiça Avaliador do TJE/PA
bob_reis_ufpa@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo visa analisar a dinâmica da letalidade violenta no âmbito do território da capital amapaense, a partir da perspectiva de diferentes agentes públicos vinculados à área da justiça e segurança pública. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e levantamento de campo, com ênfase na abordagem descritiva e exploratória, sendo utilizado geoprocessamento e análise de conteúdo temática das entrevistas. Os relatos dos agentes macro territoriais evidenciam que as áreas de maior incidência dos crimes violentos letais se concentram nos bairros da porção sul da cidade, em especial, nos bairros Congós, Araxá e Novo Buritizal e nas áreas de ponte, conhecidas regionalmente como ressacas. Atribui-se ao uso de drogas e ao comércio de entorpecentes a qualidade de elementos potencializadores dos conflitos interpessoais na dimensão dos territórios de Macapá. Também se destacam mortes decorrentes de confrontos entre polícia e população que nem sempre são contabilizadas.

Palavras-chave: Território. Letalidade Violenta. Agentes Públicos. Segurança Pública.

TERRITORY AND URBAN VIOLENCE: THE MACRO-TERRITORIAL AGENTS AND LETHAL VIOLENT CRIMES IN MACAPÁ-AMAPÁ

ABSTRACT

This article aims at analyzing the dynamics of violent lethality within the territory of the state of Amapa, from the perspective of different public agents linked to the area of justice and public safety. The study was developed through a bibliographical review and field survey, with emphasis on the descriptive and exploratory approach, using geoprocessing and the thematic content analysis of the interviews. The reports of macro-territorial agents show that the areas with the highest incidence of lethal violent crime are concentrated in the neighborhoods of the southern part of the city, especially in the Congós, Araxá and Novo Buritizal districts, and in the bridge areas, known regionally as hangovers. The use of drugs and the narcotics trade is attributed to the quality of elements that enhance interpersonal conflicts in the territory of Macapá. There are also deaths resulting from clashes between police and population that are not always accounted for.

Keywords: Territory. Violent Lethality. Public Officials. Public Security.

INTRODUÇÃO

Este artigo teve por finalidade apresentar os resultados obtidos na investigação de campo e documental referente ao *Projeto BRA/04/029: Segurança Cidadã/Pensando a Segurança Pública (edição especial homicídios – ano 2015)*, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), em convênio com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), denominado de “Território, Rede e Violência – agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas, vinculado aos cursos de Pós Graduação em Segurança Pública e de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). O projeto teve por encargo realizar a coleta e sistematização de dados relativos ao fenômeno da violência e homicídios, de modo a identificar os principais fatores de risco e a dinâmica destes crimes, nas cidades do grupo Região Norte que integram o Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios (PNRH) (BRASIL, 2016).

O objetivo deste estudo consistiu em analisar a dinâmica dos crimes violentos letais (WASELFI, 2014) na dimensão do território da capital amapaense, a partir da análise temática de entrevistas realizadas com agentes públicos, especificamente denominados *agentes macro territoriais*, atuantes na área da justiça e segurança pública do Amapá.

A reflexão proposta estruturou-se em quatro tópicos principais: o primeiro compo uma breve discussão a respeito da segurança pública no cenário nacional e amapaense. O segundo tópico que abordou os materiais e métodos empregados na pesquisa. O terceiro, onde se discutiu a questão da dinâmica dos crimes violentos letais em Macapá, a partir da análise das entrevistas dos diferentes agentes macro territoriais. E o último, que apresentou as considerações finais.

BREVE CENÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM MACAPÁ-AP

A questão da segurança pública no ordenamento normativo brasileiro se encontra contemplada no Artigo 144, da Constituição da República Federativa de 1988 (CF/88), o qual delinea que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Assim, a ordem pública, a incolumidade das pessoas e a defesa do patrimônio devem ser preservadas pelas forças policiais constitucionalmente previstas, quais sejam, a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal, as polícias civis e polícias militares, e, por fim, os corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Vale ressaltar, que o rol constitucional de forças policiais tem caráter taxativo, não podendo ser criados outros órgãos policiais encarregados da segurança pública, em quaisquer dos níveis estatais, o que impede, assim, que entidades autárquicas ou paraestatais não previstas na norma constitucional pratiquem atividades de segurança pública (LAZZARINI, 1998).

Contudo, nota-se que a definição na esfera constitucional não é clara quando se trata de conceituar *segurança pública*, pois, à medida que assegura direitos e discrimina instituições públicas encarregadas de provê-la, a constituição não circunscreve a real significação daquele termo, demonstrando, assim, que se está diante de um conceito *aberto, em construção*. Nesse cenário, Costa e Lima (2014) relatam dificuldades analíticas no que se refere à compreensão do significado de segurança pública, considerando suas múltiplas dimensões e desdobramentos. Para os autores:

Diferentes posições políticas e institucionais interagem para que segurança pública não esteja circunscrita em torno de uma única definição conceitual e esteja imersa num campo em disputas. Trata-se menos de um conceito teórico e mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais (COSTA e LIMA, 2014, p. 482).

Acrescenta-se a essa perspectiva, o observado por Lima *et al.* (2015, p. 125), ao afirmar que parece que “[...] tanto a segurança pública como a ordem pública são conceitos empiricamente operacionalizados pelas instituições do sistema de justiça criminal”. Dessa forma, cabe, particularmente, às polícias manejar aqueles conceitos de acordo com o público alvo de sua vigilância e das opções político-institucionais que guiam tais instituições. Isto denota, portanto, a

natureza genérica da legislação pátria quando da aplicação de um conjunto de ações necessárias à lei e à ordem (GOMES, 2005).

Verifica-se, em termos práticos, que não há na legislação, na jurisprudência ou na doutrina brasileira, uma definição clara e precisa dos limites e significados dos conceitos de *segurança pública* e de *ordem pública*, sendo estes frutos da prática cotidiana em que são utilizados para legitimar e justificar posições e ações (LIMA *et al.*, 2013).

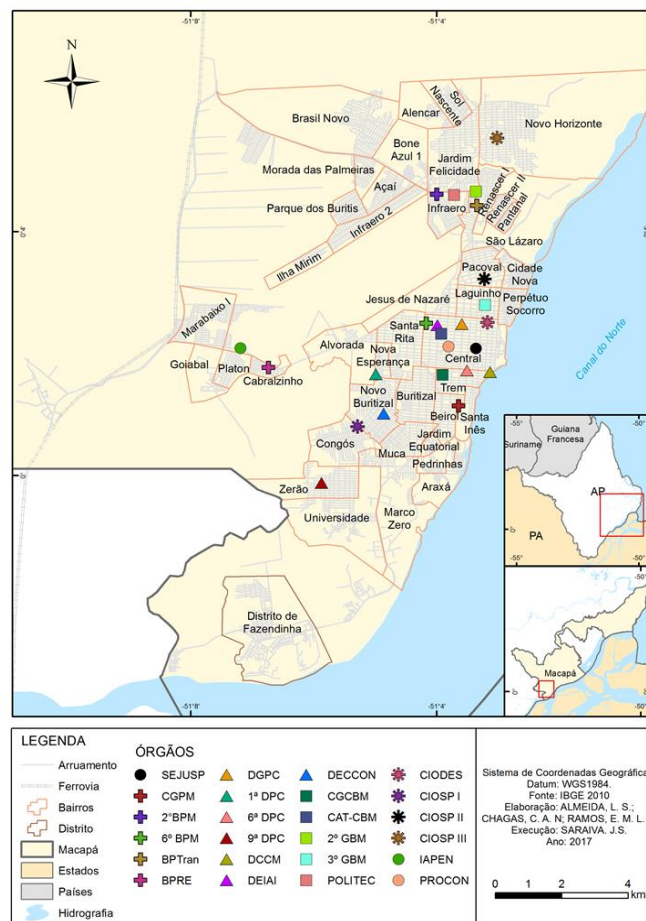
A segurança pública se constitui, segundo Costa e Lima (2014), como um campo organizacional formado por diversos aparelhamentos que atuam, direta ou indiretamente, na busca de soluções para problemas relacionados à manutenção da ordem pública, controle da criminalidade e prevenção de violências.

No âmbito do Amapá, o Artigo 75, da Constituição Estadual, trata do tema segurança pública, subordinando as forças policiais ao governador do Estado:

Art. 75. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos, subordinados ao Governador do Estado: I - Polícia Civil; II - Polícia Militar; III - Corpo de Bombeiros Militar; IV - Polícia Técnico-Científica (AMAPÁ, 1991, p. 28).

A Figura 01 ilustra a distribuição espacial daqueles órgãos e entidades integrantes da segurança pública, no território da capital amapaense, na atualidade.

Figura 01 – Distribuição espacial dos órgãos e entidades de segurança pública na cidade de Macapá-Amapá



Fonte – IBGE (2010) – produzido pelos autores.

Importa esclarecer que, existe em Macapá o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES), subordinado à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública (SEJUSP), inaugurado em 2006, na qualidade de órgão gerenciador, a quem compete centralizar e otimizar os serviços de atendimento e despacho de ocorrências via serviço 190, integrando os controles operacionais da Polícia Militar (PM), Polícia Civil (PC), Corpo de Bombeiros Militar (CBM) e do Instituto de Polícia Técnico-Científica (POLITEC).

Na capital existem, também, três centrais de segurança pública denominadas de Centros Integrados de Operações em Segurança Pública (CIOSP), localizados nos bairros Congós, Pacoval e Novo Horizonte.

Em relação à Polícia Militar, a capital concentra oito das quatorze unidades operacionais, sendo cinco delas especializadas, a saber, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o Batalhão de Rádio Patrulhamento Motorizado (BRPM), o Batalhão de Guarda, o Batalhão de Policiamento de Trânsito (BPTran) e o Batalhão de Policiamento Rodoviário Estadual (BPRE). Além dessas, constata-se outras três unidades de áreas responsáveis pelo policiamento ostensivo geral, que são o 1º, o 2º e o 6º Batalhões de Polícia Militar (BPM). As outras seis unidades operacionais estão distribuídas nos demais municípios do interior, destacando-se, entre elas, o Batalhão de Polícia Militar Ambiental, que se localiza no município de Santana (AMAPÁ, 2015).

No que concerne à estrutura da Polícia Civil, há três Departamentos de Polícia, a saber, o Departamento de Polícia da Capital (DPC), o Departamento de Polícia Especializada (DPE) e o Departamento de Polícia do Interior (DPI). O DPC é responsável pelas unidades de polícia de bairros, localizadas no município de Macapá e Distrito de Fazendinha, compondo um conjunto de dez delegacias vinculadas ao mesmo. O DPE cuida das unidades de polícia especializadas instaladas na capital do Estado e possui onze unidades policiais em sua estrutura. O DPI é responsável pelas unidades de polícia que funcionam no interior do estado do Amapá, compondo um conjunto de vinte e uma delegacias de polícia vinculadas a sua estrutura (AMAPÁ, 2015).

O Corpo de Bombeiros Militar está presente em cinco municípios do estado, possuindo quatro Grupamentos Bombeiros Militares (GBM) na capital, bem como, Grupamentos nos municípios de Santana, Oiapoque, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

A Polícia Técnico-Científica é o órgão governamental responsável por executar as ações periciais criminais, organizada em quatro departamentos técnico-científicos: Departamento de Criminalística, Departamento de Identificação Civil e Criminal, Departamento de Medicina e Odontologia Legal e Laboratório Forense (AMAPÁ, 2015).

É importante salientar que, segundo Castro (2003), a condição de distribuição das instituições de governo em um território se mostra como uma das condições fundamentais a ser respeitada para a realização da cidadania, constituindo, portanto, uma escolha política voltada àquele fim. Dessa forma, a territorialidade constituída a partir da presença de instituições públicas, pode criar uma nova dinâmica de organização espacial, levando, sobretudo à redução das desigualdades socioespaciais na dimensão da segurança pública (PINTO e PELUSO, 2014).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido por meio de análise documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo, no qual merece destaque a coleta de informações primárias no âmbito dos órgãos integrantes da segurança pública da capital amapaense, viabilizada por meio de entrevistas realizadas no mês de abril de 2016, sendo os diálogos gravados com a devida concordância dos informantes, e posteriormente, transcritos para análise, preservado o devido e necessário sigilo.

Todas as entrevistas foram precedidas da leitura, explicação e subscrição de termo de consentimento livre e esclarecido. Além disso, a metodologia utilizada foi estabelecida em nível nacional, instância em que as questões éticas em pesquisa envolvendo seres humanos já restou previamente autorizada e preestabelecida, por intermédio do Acordo Básico de Assistência Técnica firmado entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e outras, assinado em 29 de dezembro de 1964, aprovado pelo Decreto Legislativo

nº 11, de 25 de abril de 1966, e promulgado pelo Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966, e na esfera do Documento de Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã.

As entrevistas foram direcionadas aos assim nominados *macro agentes territoriais* da segurança pública local, compreendendo profissionais envolvidos com a coordenação de ações no âmbito estratégico, bem como profissionais atuantes num nível operacional, em todos os casos, compreendendo sujeitos vinculados à área da justiça e segurança pública do Amapá. Ao todo, foram entrevistados 15 (quinze) macro agentes, dos órgãos referidos (não se discriminando a quantidade de entrevistados em cada local, para preservação do máximo de sigilo sobre as identidades). Este trabalho, focou apenas nas entrevistas direcionadas aos agentes da segurança, existindo outra etapa direcionada apenas na visão da população sobre o fenômeno em estudo.

Os locais previamente contatados para visita técnica e que foram priorizados para a realização do levantamento de campo foram: a Secretaria Estadual de Segurança Pública, o Comando Geral da Polícia Militar, a Delegacia Geral de Polícia Civil, a Delegacia de Homicídio, a Guarda Municipal, o Centro Integrado de Operações de Defesa Social, a Polícia Técnico-Científica e o Ministério Público (restringindo-se a pesquisa, neste caso, à Promotoria de Justiça de Investigações Cíveis, Criminais e de Defesa da Ordem Tributária).

Recorreu-se, ainda, a pesquisa das informações secundárias junto ao sistema de banco de dados da Gerência de Estatística e Análise Criminal (GEAC), vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública do Amapá (SEJUSP/AP), disponibilizadas no mês de maio de 2016 e referentes ao período compreendido entre janeiro de 2011 a dezembro de 2015, abrangendo os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que são: o homicídio, o latrocínio e o óbito decorrente de confronto policial (WAISELFIZ, 2014).

No que diz respeito às técnicas de análise e exposição de resultados, fez-se uso: a) de técnicas estatísticas descritivas para exposição do Ranking dos bairros mais violentos, a partir de interpretação e classificação de dados obtidos nos bancos dos órgãos públicos acima citados; b) de técnicas de geoprocessamento para representação cartográfica das unidades policiais (já referidas acima) e dos homicídios ocorridos na escala espaço-temporal do estudo, a partir do Sistema de Informação Geográfica (SIG) (CÂMARA et al., 2004), com adaptações da base cartográfica dos setores censitários do IBGE 2010, por meio do software ArcGIS 10.1, sendo gerado mapa temático com a delimitação da malha territorial do município.

A intenção foi expor a territorialidade do crime na escala adotada, correlacionando-a com os dados das entrevistas realizadas. Os dados utilizados foram especializados em camadas geométricas vetoriais, tipo ponto, estruturadas em arquivo Shape File. Realizou-se o processamento a partir do módulo Mapa de Densidade, que é caracterizada pela Estimativa de Densidade Kernel, para a criação de uma Camada Matricial (em células). A gradação da densidade é calculada de acordo com o número de pontos (ocorrências de homicídios). Determinou-se que a distância média para o estudo seria de 150 metros, por entender que tal corresponde ao padrão de ocorrências existente no bairro. Assim, tornou-se necessário ainda categorizá-la em 5 (cinco) intervalos de 30 metros, para se estabelecer a variação de intensidade entre: a) Muito Alta (1-30 metros); b) alta (31-60 metros); c) Média (61-90 metros); d) baixa (61-120 metros); e, f) muito baixa (121-150 metros).

Por conseguinte, adotou-se uma abordagem qualitativa, quanto à análise dos dados decorrentes das entrevistas e dados secundários. A análise das entrevistas, por sua vez, obedeceu à técnica de *análise de conteúdo* (BARDIN, 2011). Primeiramente, as falas foram transcritas e organizadas em arquivos separados. Procedeu-se, após, à leitura flutuante de cada fala (ou seja, um processo de familiarização e classificação inicial dos dados), para visualização dos assuntos abordados por cada agente em suas manifestações e realização de uma primeira comparação dos achados com os dados literários produzidos em torno do tema.

Aprofundando a análise, procedeu-se à fragmentação das falas dos agentes em enunciados linguísticos (BRANDÃO, 2012), ou seja, unidades detentoras de uma informação relevante ao

objetivo do estudo, sendo, a partir daí, categorizadas conforme o assunto abordado em cada unidade de informação.

As categorias levaram em conta a percepção dos agentes a respeito: 1) do território e sua relação com a criminalidade letal; 2) fatores envolvendo autores e vítimas dos crimes em análise; 3) possíveis determinantes da criminalidade na escala do estudo; 4) aspectos das políticas públicas de enfrentamento dos crimes analisados; 5) dificuldades enfrentadas pelas polícias. Esta classificação, ressalta-se, foi tomada como base para exposição dos resultados.

Ademais, os dados categorizados foram triangulados (ou seja, comparados em seu conteúdo e pertinência) com os dados secundários obtidos na pesquisa, bem como com a literatura produzida a respeito da temática, gerando os resultados e discussões que compuseram a seção a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

CONCEITOS PRELIMINARES

Antes de apresentar os resultados, preliminarmente, se faz necessário discutir a respeito de alguns conceitos que orientaram as análises das falas dos agentes territoriais relacionados à segurança pública, destacadamente, os conceitos de violência, território e criminalidade.

Para Hannah Arendt (2011), a violência é um fenômeno instrumental, que depende, portanto, de orientação, de meios e de justificativa, estando sempre voltada a uma ação pretendida. Em outras palavras, a violência não se realiza sem motivos preexistentes. Ainda, a violência não depende de números e opiniões, mas, de implementos para executar uma ação, e, com isso, multiplicar o vigor empregado nesta última, gerando uma relação de forças desiguais. Por isso, “a violência é instrumental” (ARENDR, 2011, p. 99).

A violência, sendo instrumental, é algo racional, na medida em que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la, embora não sabendo quais serão as consequências finais da ação empreendida, ou seja, a violência sendo apenas racional, almeja objetos a curto prazo. De imediato, a violência promove dramas, pânico e queixas, limitando a liberdade e o direito de ir e vir das pessoas, seja dentro do território ou fora dele. Portanto, reforçamos que a violência é instrumental, pois a mesma precisa de mecanismos para acontecer, diferentemente do poder, da força e do vigor humano (SILVA, 2018).

Para Melo (2012), por sua vez, ao se abordar a violência em relação ao *território*, pode-se perceber que a primeira é um recorte do segundo, ou seja, a violência é uma manifestação observada em um território e que pode ser identificada através do seu contexto e de suas peculiaridades.

Isso se explica diante da compreensão de que os seres humanos desenvolvem suas relações *sobre* e *em função* do *espaço* em que vivem, num determinado período de tempo. Assim, suas ações são *condicionantes* das transformações realizadas sobre este *espaço* e, ao mesmo tempo, *condicionadas* pelos limites e elementos que o espaço lhes impõe (RAFFESTIN, 1993).

A instituição de relações humanas sobre o espaço, dessa forma, seja na perspectiva da simples vivência (CARLOS, 2016), seja na perspectiva da adoção de ações frontalmente voltadas a um intento de dominação territorial (RAFFESTIN, 1993), reproduz práticas humanas sobre o espaço, gerando entre os humanos *agentes* (portanto, agentes territoriais) e o *espaço* uma relação de territorialidade (RAFFESTIN, 1993).

Por óbvio, as ações produzidas no decorrer das possíveis e incontáveis relações de territorialidade, estabelecidas entre os *humanos* e o *espaço*, constroem múltiplos *territórios simultâneos* sobre este

último (RAFFESTIN, 1993), em constante e ininterrupta interação e conflito, num fenômeno que Haesbaert (2014) denomina *multiterritorialidade*, e que, a todo tempo, (re)transformam o espaço num ciclo interminável de interações.

Por sua vez, o território, como espaço de múltiplas relações de poder e territorialidades – que coexistem e se reproduzem, gerando-o, conjuntamente a todas as variáveis sociais que lhe compõem, como a pobreza, desigualdade social, qualidade de vida, etc., igualmente relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais - encontra a violência como um possível resultado dessa interação, ocasionando o fenômeno que Chagas (2014) nomina como territorialidade da violência.

Nesse contexto, é possível conceber que a *violência*, enquanto instrumento da ação humana (ARENDR, 2011), é mais uma forma (ou, ressalta-se, uma das mais eficientes formas) de desequilibrar relações de territorialidade, ocasionando fenômenos de (des/re) territorialização humana sobre o espaço (HAESBAERT, 2014), e marcando este último de diversas maneiras substancialmente perceptíveis.

Nessa perspectiva de múltiplas relações de poder, emergem as relações paralelas ao Estado, nos centros comunitários e associações de moradores, organizações religiosas, organizações comerciais, além dos grupos criminosos que também passaram a exercer suas territorialidades. Como exemplo, destaca-se a ação de agentes ou grupos criminosos, ligados a atividades como tráfico de drogas, sequestros, roubos, homicídios, etc., os quais, encontram nas periferias pobres dos centros urbanos, as condições favoráveis ao estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a fragilidade da ação do Estado, através das suas instituições públicas, baixa expectativa da população jovem, problemas de diversas ordens socioeconômicas, favorecem o surgimento de zonas de tensão (CHAGAS, 2018).

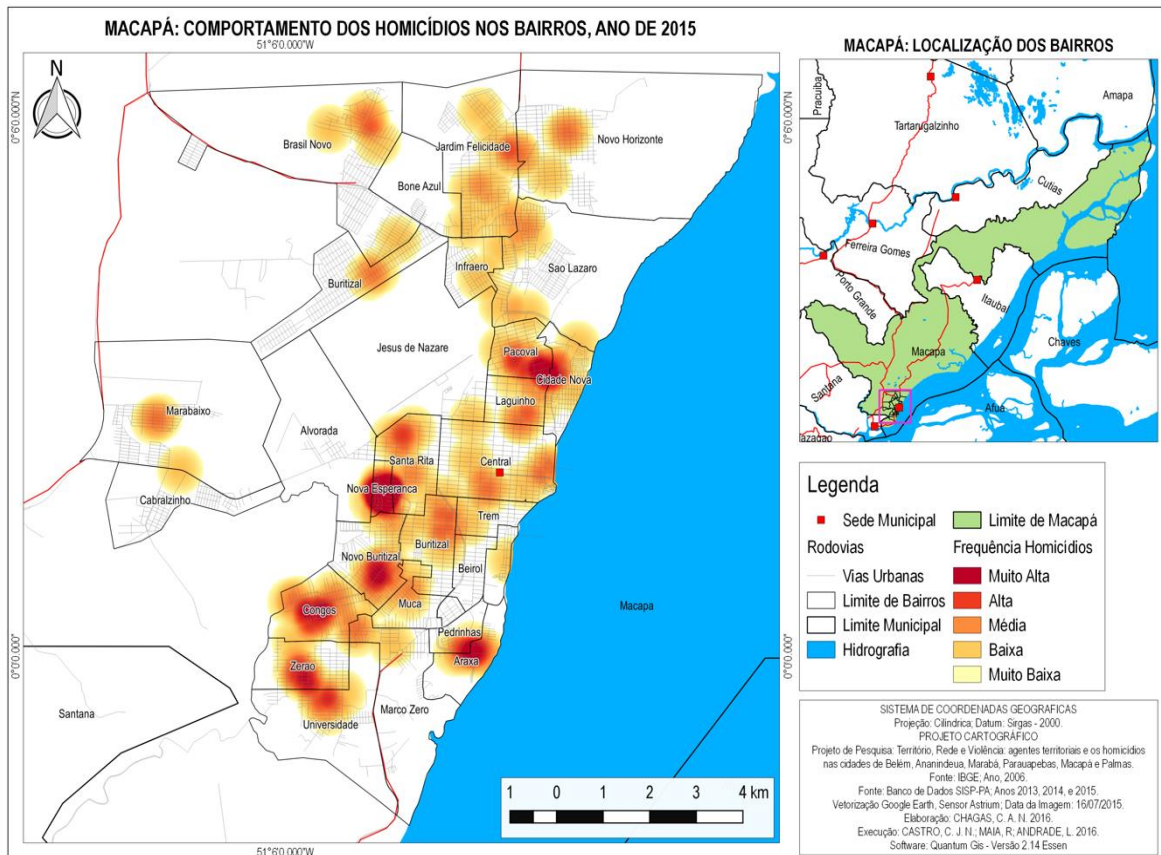
As manifestações espaciais do crime, desta forma, podem ser um importante elemento permissivo à análise das relações territoriais de poder marcadas pela violência, indicando seus potenciais agentes territoriais e elementos envolvidos nos embates pela dominância territorial ou resistência. Outro conceito importante para a compreensão e análise do artigo é o crime. Para Alvarenga (2004) e Melgaço (2005), crime é o ato infrator cometido em sua especificidade, conforme determinado no Código Penal Brasileiro, ao passo que a criminalidade, por sua vez, pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar. Assim, é possível destacar que, o crime pode ser considerado um fenômeno individual que contaria as condições da vida em sociedade. Criminalidade, por sua vez, não é somente a junção dos crimes praticados num determinado tempo e lugar, mas engloba as diversas maneiras com que os crimes se apresentam na sociedade, num determinado espaço.

Desta forma, os crimes acabam por representar uma manifestação das várias formas de criminalidade, que, por conseguinte, expressam as relações de poder circunscritas pela instrumentalização da violência num determinado espaço, (re)construindo as relações de territorialidade do crime. Assim, conjugando a análise territorial de dados geográficos do crime à percepção dos agentes territoriais da segurança, tornou-se possível a compreensão de importantes aspectos da manifestação dos territórios do crime em Macapá.

TERRITÓRIO E CRIMINALIDADE VIOLENTA LETAL EM MACAPÁ

Ao analisar a criminalidade em Macapá, este estudo levou em consideração os crimes violentos letais (WASELFISZ, 2014), que, embora se encontrem dispersos em toda a cidade, apresentam uma maior concentração na zona sul, conforme demonstrado na figura 02 e tabela 01, abaixo.

Figura 02 – Comportamento dos homicídios, por bairros - Macapá (2015).



Fonte – Chagas et al. (2017).

Tabela 01 – Macapá: ranking dos bairros mais violentos, anos 2013-2015 (oito bairros de maior incidência).

BAIRROS	2013	2014	2015	TOTAL 2013-2015
Congós	11	16	11	38
Marabaixo	7	10	11	28
Jardim Felicidade	4	11	12	27
Novo Buritizal	3	8	9	20
Marco Zero	5	7	6	18
Muca	5	7	6	18
Araxá	5	5	8	18
Infraero	3	7	8	18
Total de homicídios nos oito bairros pesquisados (2013-2015)				180
Macapá	149	178	178	502

Fonte – Chagas et al. (2017).

Traduzindo as relações de poder circunscritas pelo mapa e dados acima, tem-se que os agentes de segurança expuseram que os territórios de maior incidência dos crimes violentos letais em Macapá se concentram nos bairros da área sul da cidade, em especial nos bairros Congós, Araxá, Novo Buritizal, Perpétuo Socorro, Muca, Nova Esperança, Cidade Nova e nas áreas de ponte, conhecidas regionalmente como *ressacas*.

As *ressacas*, por sua vez, se caracterizam por serem porções periféricas, geralmente alagáveis, ocupadas de modo irregular e de difícil acesso, o que acarreta dificuldades tanto à locomoção dos

moradores (por passarelas de madeira), quanto à presença do Estado, especialmente, por meio das equipes policiais.

Existem dois bairros, na verdade, é o Congós e o Perpétuo Socorro. São dois bairros, um basicamente periférico, e o outro que tem uma área de ponte muito grande. Os dois, aliás, tem muita área de ponte, só que no Perpétuo Socorro a característica dele maior é essa. O entrave para a polícia chegar nesses locais é a área de ponte em que o acesso é muito difícil, e complica muito a vida dos policiais nessas situações. Até para fazer o isolamento de local quando tem, porque às vezes a única passagem do povo é aquela ponte, e houve um homicídio tem que ser isolado (**Praça 1, Polícia Militar**).

Os bairros das áreas sul são os mais populosos e acreditamos que com essa concentração popular há uma maior incidência de crimes e de homicídios, não temos um direcionamento de qual bairro, mas acreditamos que o Congós por ser um bairro muito populoso tem uma geografia diferenciada porque existem várias pontes nesse bairro, nessas áreas de pontes de palafitas a ação da polícia é diminuta por conta, por exemplo, uma viatura de quatro rodas não adentra com facilidade, então, isso dificulta um pouco o trabalho da polícia militar (**Oficial 1, Polícia Militar**).

O que a gente observa é que os homicídios hoje eles se concentram mais nas áreas periféricas. E essas áreas mais periféricas têm uma série de ausências de serviços públicos, como educação, saúde, e existe uns elementos que são muito importantes, por exemplo, um dos bairros que vem mais acontecendo homicídios esse ano é o bairro Congós. O Congós é um bairro grande que tem muitas ramificações com áreas de pontes que ligam, se eu não me engano a outros bairros de Macapá, fazem integração (**Praça 2, Polícia Militar**).

No contexto brasileiro, Caldeira (2010) aponta que o processo de urbanização incompleto e desigual associado ao crescimento acelerado das cidades do país, para além dos contornos iniciais, tem como implicação a pressão sobre a disponibilidade de infraestrutura e serviços públicos básicos, e a configuração de espaços suburbanizados. É neste cenário que, segundo os relatos, parece se inserir a capital amapaense, especialmente, quando se trata das áreas de ressaca.

Haesbaert (2014) expressa que a noção de *espaços perigosos* e/ou *espaços do crime* se refere a um discurso atrelado ao da noção de *risco*, que, por sua vez, pode ser redefinido, principalmente, a partir da valorização ou desvalorização de *espaços perigosos*, visivelmente ampliada no discurso dos agentes de segurança em Macapá.

A partir das falas, afigura-se presente o processo denominado por Haesbaert (2014) como *contenção territorial*, consistente na assunção, a partir das relações de territorialidade excludentes e estigmatizantes das cidades, de *barragens* que isolam e estigmatizam as comunidades mais pobres. Nas áreas de ressaca, como visto, além do estigma do *perigo* e da *ausência de estrutura*, aspectos naturais influem em sua estigmatização como *zona vermelha*, o que resulta na ampliação de práticas de controle sobre este local, bem como envolvem seus territórios em relações de poder em um viés simbólico (BOURDIEU, 1989).

Marra e Barp (2013), ao investigarem o universo das contradições entre agentes de segurança e grupos marginais na área de ocupação do Riacho Doce (Belém-Pará), verificaram que diferentes relações de poder se instituem sobre um determinado território, observando-se, de um lado, grupos marginais que impõem seu poder pelo crime e pelo medo (violência, em sentido amplo), e, de outro, forças de segurança pública que impõe ações muitas vezes justificadas pelo monopólio da violência legítima do Estado (MIGUEL, 2015). Em meio a ambos, são os moradores que ficam sujeitos às consequências de seus *conflitos* territoriais.

Ainda, conforme os autores, este contexto conflituoso denota a incoerência que permeia a *dicotomia* relacional entre os agentes territoriais da segurança (a quem caberia a manutenção da ordem) e os agentes territoriais do crime, uma vez que os primeiros, ao impor sua ação de forma desatrelada a ações econômicas e garantidoras da cidadania (em comunidades esquecidas pelo poder público) e, em muito, manifestam a violência como instrumento de poder (MARRA; BARP, 2013). No fim,

ambos têm sua presença estigmatizada na sociedade, e, pelo conflito, tornam as comunidades igualmente estigmatizadas, enquanto zonas de risco.

CONHECENDO OS PERFIS: AUTOR E VÍTIMA E SUAS RELAÇÕES

Constatou-se das entrevistas que os agentes macro territoriais associaram o perfil da *vítima* dos crimes violentos letais ao cidadão *menor de idade* ou *jovem*, predominantemente, do sexo *masculino*, de cor *parda* ou *negra*, com *baixa escolaridade* e residente em *áreas periféricas*.

As falas coincidem, portanto, com o padrão delineado em outros estudos, como os de Soares (2008), Beato Filho (2012), Cerqueira e Moura (2014) e Waiselfisz (2014). Os jovens foram apontados, ainda, como consumidores de álcool, detentores de algum tipo de relação com o tráfico de entorpecentes ou reincidentes no campo da criminalidade, como se observa nos relatos a seguir:

Talvez siga o mesmo padrão de vítimas do Brasil, são jovens de baixa renda, e estão nessa faixa de 15 a 29 anos de idade, é um perfil bem clássico, não é muito diferente daquilo que a gente tem a nível de Brasil, são homens, jovens, negros ou pardos, com baixa escolaridade (**Praça 2, Polícia Militar**).

São os nossos jovens, a grande maioria são as pessoas que não estão na escola, não estão no trabalho, não tem opção e oportunidades, são pessoas segregadas. Vivem marginalizadas, em decorrência eles migram para o tráfico de drogas, para o roubo e são vítimas das próprias gangues ou da própria sociedade (**Promotor de Justiça, Ministério Público**).

Geralmente são novos, são pessoas mais novas que praticam [...] às vezes são detentos, ou fugitivos, ou estão naquela liberdade provisória. São mais jovens, homens. Mulheres são bem poucos. É mais homem mesmo (**Praça, Corpo de Bombeiros Militar**).

No que diz respeito aos autores dos crimes em estudo, constatou-se, a partir das falas, que estes também seguem um padrão semelhante ao das vítimas, isso nos casos em que seria possível sua identificação. Seriam, portanto, em sua maioria *jovens* ou *menores de idade*, que já possuiriam alguma relação com atividades criminosas.

Há consonância, portanto, com pesquisas anteriores que destacam a categoria de homens, enquanto grupo com maior probabilidade de se envolver com o crime (GOULD *et al.*, 2002; ZALUAR, 2003; WAISELFISZ, 2014). Também, há coerência quanto ao apontamento de concentração de crimes violentos nas áreas onde há um maior número de jovens, com baixa escolaridade e renda, além de baixos índices de emprego (CARDIA, 2007).

Em consonância com a literatura, a realidade parece apontar que adolescentes e jovens, excluídos dos mercados formais de trabalho, seriam inseridos cada vez mais cedo no universo da criminalidade, em busca de ascensão social, respeito e dinheiro (MARRA; BARP, 2013).

Quanto ao apontamento de reincidência criminal, observa-se que os dados parecem conduzir a um quadro semelhante ao identificado por Vilaça (2016), que, ao investigar o perfil criminal das vítimas de homicídio em Belém-PA, identificou que mais da metade apresentavam *antecedente criminal positivo*, ou seja, já haviam sido indiciados por algum tipo de infração penal (crime ou contravenção).

Em tempo, cabe um registro diferenciado. Da análise das falas, uma, excepcional, delineou os autores de crimes violentos legais sob contornos diferenciados (quando possível sua identificação), levantando a possibilidade de correspondência com pessoas de classe média ou alta.

Por incrível que pareça, é muito difícil estar envolvido baixa renda, são pouquíssimos casos de baixa renda, a maioria é média a alta, principalmente é média, são poucos os casos de baixa renda (**Agente 1, Polícia Civil**).

Por sua vez, as falas apontaram contornos que caracterizaram os crimes à preexistência de relações entre autor e vítima. Estes dados, certamente, podem expressar contornos típicos à escala espaço-temporal do estudo (cujo aprofundamento, infelizmente não foi possível nos limites deste estudo).

Nesse sentido, a maioria dos entrevistados avaliou que estes já possuíam alguma afinidade anterior à prática da violência. Seriam, por exemplo, vizinhos ou conhecidos, sujeitos que teriam uma certa proximidade entre as partes, ou, pessoas que frequentariam um mesmo ambiente. Atribuíram ao uso de álcool, igualmente, um fator potencializador de conflitos interpessoais. Houve, também, indicativo de certo nível de planejamento (intencionalidade do crime), inclusive, com grave a indicação da prática da violência enquanto serviço contratado.

A vítima e o agressor têm algum tipo de relação. Às vezes ficam bebendo em um bar, ou casa, aí surge uma briga, do nada acontecem mortes, maior parte por bebidas (**Perito Criminal 2, Polícia Técnica**).

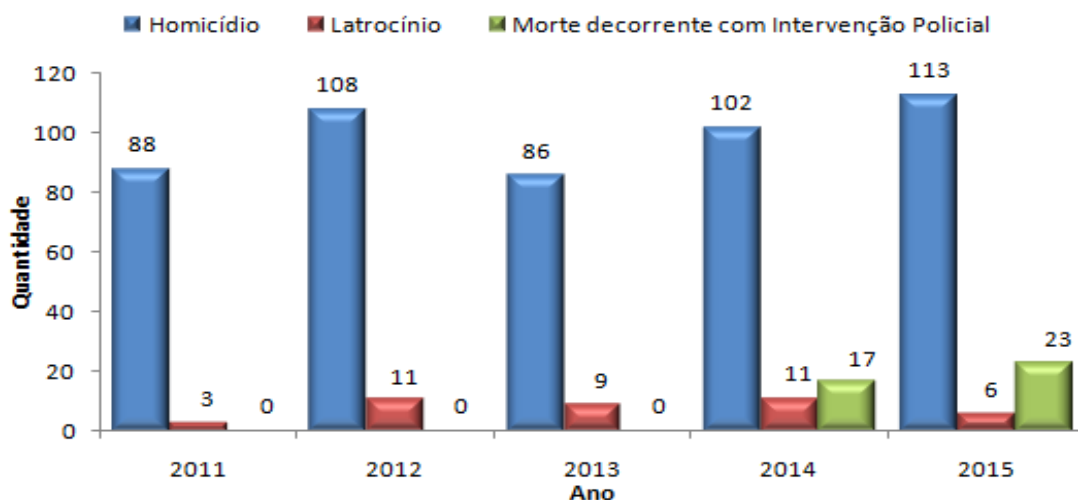
Os crimes são muitas vezes planejados. Muitas pessoas são contratadas para tirar uma vida ou dá apenas um susto (**Delegado 1, Polícia Civil**).

Os dados referentes ao aspecto *relacional autor/vítima*, portanto, apresentam peculiaridades próprias da cidade de Macapá, ao menos, conforme a percepção dos agentes territoriais locais.

Buscou-se, também, o uso dos dados secundários para fins de comparação dos resultados das falas, o que, novamente, apresentou divergências em relação à literatura. Comparando os dados a respeito da relação autor/vítima com os estudos de Smith (2001), por exemplo, constata-se que o autor determina três tipologias de homicídios caracterizados a partir daquela relação, classificando-os em “amigos/conhecidos”, “relações amorosas” e “homicídios na sequência de roubo”. No contexto de Macapá, surge uma categoria divergente, em especial, muito discutida por Waiselfisz (2014), a saber, a *morte por intervenção policial*, como se verá adiante.

Em comparação com os estudos de Salfati (2000), por sua vez, não se constatou *necessária coincidência* com a categoria denominada pelo autor como homicídio *expressivo*, no qual o objetivo do agressor é provocar sofrimento à vítima, embora não descartada esta possibilidade, ao passo que, de outro lado, foi assente nas falas a ocorrência de homicídios *instrumentais*, indicados pelo autor como aqueles praticados com o objetivo de apropriação de bens materiais (latrocínio). Nesse sentido, vejam-se os dados da figura 03.

Figura 03 – Dinâmica dos crimes violentos letais no espaço urbano de Macapá-Amapá (2011-2015).



Fonte – GEAC-SEJUSP/AP (2016).

No caso específico de Macapá, de acordo com os dados obtidos para o período em análise, o óbito é decorrente, em sua maioria, de homicídios (497), seguido em iguais números, pelo latrocínio (40) e pela morte decorrente de intervenção legal (40), conforme pode ser observado na Figura 4,

demonstrando, mais uma vez, as peculiaridades locais em relação aos estudos precedentes acima destacados.

POSSÍVEIS DETERMINANTES DA CRIMINALIDADE VIOLENTA

Os agentes macro territoriais apontam diferentes circunstâncias como *determinantes* da letalidade violenta em Macapá. Figuraram em suas falas categorias como *desemprego*, *falta de ocupação*, *motivos banais*, *conflitos interpessoais*, *disputas de gangues* -com destaque para o *uso de drogas* e o *acerto de contas* relativo ao *comércio de entorpecentes*.

Em outras palavras, as falas reportaram as causas da criminalidade a elementos da própria dinâmica social complexa e genericamente excludente vivenciada neste século, associando-as a deficiências institucionais, de legislação e de desorganização do sistema de segurança pública, que contribuiriam para a permanência da impunidade e da violência social (ZIMRING, 2007; CERQUEIRA *et al.*, 2007). Veja-se o teor das falas.

Ao tráfico de drogas onde há uma rixa entre as quadrilhas, na verdade rixa de forma generalizada não no contexto criminal, mas sim quando há divergências entre as quadrilhas, disputa por território (**Promotor de Justiça, Ministério Público**).

É os fatores de ambientes externos como o desemprego, a questão da legislação penal que é muito arcaica, ela favorece o infrator, desestimula os agentes de controle que são as polícias (**Gestor de Segurança Pública**).

Geralmente se envolverem em rixas, também roubo, latrocínio, bebedeira, inclusive acidentes [...] às vezes é acerto de contas, situação de droga também está relacionada (**Oficial 2, Polícia Militar**).

O tráfico de drogas ele é tendencioso porque ele vai onde o Estado não está, por exemplo, você chega a uma periferia dessas onde o grau de instrução é muito baixo, onde não tem emprego para todo mundo, onde a escola fica longe, onde não tem investimentos em infraestrutura, por exemplo, a iluminação, são áreas de ressacas não tem saneamento básico, enfim o traficante vai em cima dessas pessoas e começa a aliciar esses jovens (**Oficial 1, Polícia Militar**).

Em comparação com a literatura, constatou-se semelhança entre as informações colhidas e os resultados encontrados no estudo diagnóstico realizado por Engel *et al.* (2015), relativo aos homicídios em Macapá, onde, primeiramente, foram apontados como determinantes positivos dos homicídios (ou seja, em ascensão) a *violência interpessoal*, *conflitos de gangues*, o *tráfico de drogas* e *ausência do Estado*, e, num segundo momento, apontou-se como indicadores negativos (ou seja, decrescentes, mas, ainda assim, bastante significativos no contexto geral) a *violência doméstica* e *conflitos entre polícia e população*.

Nesse sentido, registra-se a indicação, nas falas, da existência de mortes decorrentes de confrontos entre polícia e população, que, nem sempre, seriam contabilizadas nas estatísticas oficiais. Este fato causa preocupação, pois, pode indicar que não está havendo investigação e acompanhamento adequado das ocorrências com resultado de morte envolvendo policiais e cidadãos.

Outra coisa também que tem ocorrido muito aqui é a questão das mortes pelas mãos dos policiais, e que claramente nas perícias 'a gente' nota que as versões dadas pela polícia são totalmente contraditórias pelo o que a gente percebe em relação ao local, a versão dos policiais é que: reagiu, e que estava armado e a pessoa efetuou disparos de armas de fogo contra eles e a polícia veio a revidar (**Perito Criminal 1, Polícia Técnica**).

Insta salientar, ademais, que o 10º Anuário Brasileiro de Segurança apontou o estado do Amapá como a unidade que registrou maior taxa de letalidade policial no Brasil em 2015, o que corresponde a uma taxa de cinco pessoas mortas a cada 100 mil habitantes (FBSP, 2016). Este fato pode ser

constatado no Gráfico 01, ~~acima~~, onde se verifica um aumento do registro de mortes decorrentes de intervenção legal na capital, sobretudo, nos últimos anos da série temporal.

Este dado, certamente, pode indicar um *aumento na criminalidade no âmbito da capital* (e dos conflitos territoriais envolvendo os agentes da segurança pública), ou, de forma preocupante, podem indicar a adoção de metodologia que aparte este tipo de morte dos demais homicídios dolosos a partir do ano de 2014, desvirtuando percepções reais sobre o fenômeno do crime e território.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Quanto à adoção de políticas públicas para enfrentamento do problema dos homicídios, grande parte dos agentes macro territoriais relatou que, geralmente, embora se apurem os fatos, não se busca reduzir ou prevenir efetivamente os homicídios e outros tipos de crime, alegando-se, para tanto, a ausência de planos específicos para a prevenção dos homicídios.

Não existe nenhum tipo de programa diretamente. O que existe são algumas solicitações de dados enquanto o monitoramento dos nossos números de homicídios na capital e no Estado (**Praça 2, Polícia Militar**).

Em relação a este fato, Cano e Ribeiro (2007) apontam que as políticas públicas de redução de homicídios no país são relativamente raras, tanto em razão do caráter mutável deste tipo criminal, que não comporta padrões, quanto, também, pela falta de um arcabouço teórico único e consistente.

Em verdade, como denunciam Costa e Lima (2014, p. 482), a convergência de diferentes posições políticas e institucionais impedem não só a formulação de agendas bem delimitadas no campo da segurança, como, sobretudo, a própria preocupação em definir o que seria uma *política de segurança*, informando que a mesma consubstancia “mais de um campo empírico e organizacional que estrutura instituições e relações sociais em torno da forma como o Estado administra ordem e conflitos sociais”. Isso certamente, dificulta a elaboração de ações de enfrentamento aos diversos determinantes dos crimes violentos letais.

Por sua vez, os agentes mencionaram que a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP (cuja função, dentre outros, é articular as políticas de segurança pública regionais e locais, dentro de uma instância de debate de caráter nacional), foi importante à articulação entre as esferas federal, estadual e municipal, quanto à prevenção de homicídios, por possibilitar a disponibilização de investimentos via convênios. Entretanto, surgiu um indicativo de que a relação entre a SENASP e o estado do Amapá estaria pautada, predominantemente, no financiamento de *projetos*, sendo carente, ainda, quanto à laboração de planos sistêmicos e ações concretas no campo da segurança. Veja-se as falas.

A criação da SENASP foi muito importante para os estados, ela compartilhou a responsabilidade da segurança com os estados [...] nós não temos recurso para investimentos, então essa possibilidade da SENASP ofertar e disponibilizar esses convênios para adquirirmos bens, patrimônio e investimento para Segurança Pública é fundamental (**Gestor de Segurança Pública**).

Uma coisa certa é que grande parte dos recursos que nós executamos a nível de segurança pública são verbas federais, através de convênios via Secretaria Nacional de Segurança e Ministério da Justiça (**Praça 2, Polícia Militar**).

Ainda, como expressão de políticas públicas correlatas ao problema, tem-se que alguns agentes macro territoriais apontaram a existência de projetos sociais em funcionamento no âmbito da Polícia Militar, como os projetos *Cidadão Mirim*, *Campeões do Amanhã*, o *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência* e o projeto *Peixinhos Voadores*.

Os ‘Peixinhos Voadores’ é um projeto que tem mais de 10 anos na Polícia Militar em que o professor teve a ideia de criar uma escolinha de natação de forma a trazer as crianças para dentro do quartel para ensinar a prática de natação, do esporte, temos aulas de cidadania, enfim, é um projeto muito belo onde a Polícia Militar tem mais de 1.000 crianças que já passaram pelos Peixinhos Voadores (**Oficial 1, Polícia Militar**).

A Diretoria de Ação Social da polícia, ela trabalha os projetos sociais, aí tem 'Cidadão Mirim', 'Campeões do Amanhã', tem o próprio 'PROERD' [Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência] que trabalha nas escolas e estatisticamente a maioria desses jovens que fazem esses cursos, eles não entram na criminalidade, até porque tem o acompanhamento durante o projeto, então, nossa polícia trabalha muito forte nisso, prevenção, e como instituição fora a gente [...] não tem um órgão que trabalhe, que desenvolva um projeto com a polícia militar, eu não tenho conhecimento **(Oficial 2, Polícia Militar)**.

Verifica-se que as iniciativas descritas pelos entrevistados assentam-se no nível da *prevenção primária* e buscam evitar que o crime e a violência ocorram, por meio da tomada de medidas que se dirigem à população. Contudo, como bem destaca Silveira (2014), a despeito da importância de tais medidas, ainda é necessário estabelecer, em termos qualitativos, uma complementaridade de técnicas e métodos preventivos por meio de abordagens multidisciplinares, que congreguem indivíduos, comunidades, recursos humanos, instituições junto ao próprio sistema de justiça criminal do Estado.

POLÍCIA: DIFICULDADES ENFRENTADAS

Ademais, no que se refere às dificuldades enfrentadas pelos agentes macro territoriais em relação aos crimes violentos letais, as entrevistas destacaram, em primeiro lugar, as dificuldades relativas à correta definição do *locus do crime* (empiricamente referido como *cena do crime* pelos entrevistados), que, na verdade, acaba por ser dificilmente informado de modo preciso em virtude do *amadorismo* havido na atividade de coleta e organização das informações, bem como em razão da falta de preservação do *ambiente do crime* no momento de chegada dos agentes públicos ao local da infração, no sentido de não o alterar.

Igualmente, foram referidos entraves relativos à questão da prova material e testemunhal:

O ser humano é movido por um sentimento de curiosidade que eu caracterizo como "curiosidade mórbida", junto com isso tem o acesso a essas mídias sociais, através dos telefones celulares, em que as pessoas, os populares que visualizam um homicídio, que encontram um local de homicídio, adentram nele, tiram fotos, movimentam o cadáver, levantam objetos das posições originais. Da mesma forma em que as polícias ostensivas acabam, na intenção de investigar melhor, movimentando a cena do crime, acaba sendo prejudicial a polícia científica, e para a polícia judiciária dar a resolução com maior velocidade, por conta da alteração da cena do crime **(Perito Criminal 2, Polícia Técnica)**.

É a questão da prova, a prova é um problema que nós temos. A principal prova na legislação do Brasil é a testemunha, nós poderíamos ser muito mais objetivos, onde se a gente tivesse uma prova material, como uma filmagem, alguma coisa dentro da polícia técnica que pudesse afirmar que aquela arma é de onde saiu aquele projétil, é daquele assassino, através da impressão digital. Porque muitas vezes, nós não conseguimos ter essa prova técnica, e como não podemos ter essa prova técnica, nós dependemos justamente das testemunhas. E muitas vezes, demora muito tempo **(Delegado 2, Polícia Civil)**.

Outros elementos apontados de modo recorrente pelos entrevistados, como obstáculos à apuração dos crimes pelas polícias, eram referentes a categorias como *efetivo insuficiente*, *escassez de treinamento*, *carência e defasagem dos equipamentos*, *falta de investimento em políticas de valorização profissional* e a *falta de planejamento integrado das ações*. Além disso, atribuiu-se à situação financeira do estado (referido como escasso em recursos) o baixo nível de investimentos em várias áreas de atuação governamental, especialmente, na segurança pública.

Eu acho que deveria ser dada uma maior estrutura de equipamentos e homens, que eu sei que quantidade não é qualidade, mas estrutura e treinamento ajudam muito **(Praça 3, Polícia Militar)**.

Investir no policial, investir nas estruturas da instituição, na formação do policial, aí vem uma série de coisas: bom salário, política de valorização, não só para o policial militar, mas para os servidores da segurança pública **(Oficial 2, Polícia Militar)**.

Então assim, o grande problema nosso hoje enfrentado na Polícia Militar do Amapá chama-se efetivo. (...) Vou dizer uma coisa muito particular que às vezes as pessoas não entendem muito, mas seria bom frisar, existe o orçamentário e o financeiro, então não adianta aumentar o orçamento se não for garantir o financeiro, aqui acontece muito isso, nós saímos de um orçamento pífio de 7 milhões para 11 milhões, isso é muito pouco, não dá para nada, e o que é pior, a Polícia Militar é a única a nível de secretaria que consegue executar seu orçamento quase em sua totalidade, mas acontece que a Secretaria de Planejamento e Secretaria de Orçamento e Finanças não consegue honrar as cotas que deveriam passar mês a mês, e com isso sofre a Polícia Militar, sofre com combustível, com pneu, sofre por melhores equipamentos, rádios por exemplo. As unidades da capital e do interior sofrem para manter seus edifícios, e assim já estou há mais de 20 anos na polícia militar e eu acredito que esses são os piores tempos que eu estou vivenciando na segurança pública como um todo, e o Governo Federal por mais que exista a SENASP que investe, mas ainda eu acho uma carga muito pesada para a Polícia Militar como, por exemplo, falta políticas públicas da seguinte forma, a educação tem uma verba carimbada, a saúde tem verba carimbada e porque a segurança não tem verba carimbada? Se uma coisa está atrelada a outra, se a saúde, educação e segurança fazem parte daquele tripé, digo mais se falta educação com certeza irá faltar segurança, uma coisa puxa a outra. Então, a segurança pública é o primo pobre dessa história e as secretarias do estado não estão dando conta de cumprir seu papel funcional **(Oficial 1, Polícia Militar)**.

Ainda, referiu-se à necessidade de estabelecer uma maior relação com a comunidade e os órgãos do sistema de segurança pública local. Veja-se das entrevistas.

A comunidade não tem relação de confiança com as polícias e se tivesse, seria diferente. A gente vê experiências fora do país, onde a relação da polícia com a sociedade, com a comunidade é tão forte, que as pessoas ligam imediatamente para notificar não só a ocorrência, mas a intenção, a ameaça, a discussão [...] os barulhos de disparos em determinadas regiões. Então, eu creio que a solução para isso ela começa por uma política que tente reaproximar a polícia com a sociedade, a partir de uma relação de confiança **(Perito Criminal 3, Polícia Técnica)**.

Quanto a tais aspectos, ainda se observa uma carência de estudos empíricos que levem em conta aspectos práticos e dificuldades enfrentadas pelas forças públicas de segurança (em muito, estigmatizadas pela já referida reprodução de práticas violências, sem estudos aprofundados sobre seus problemas). Porém, há tempos vem sendo afirmada a necessidade de acompanhamento e estímulo à participação comunitária no estabelecimento de políticas públicas de segurança, questão que deveria ser objeto de melhor atenção pelas várias esferas e níveis do Estado, formalizando agendas verdadeiramente comprometidas em tornar a *segurança* uma *agenda democrática* (PAIXÃO, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender as dinâmicas territoriais dos crimes violentos letais na capital amapaense (Macapá), a partir da análise de entrevistas realizadas junto a um grupo de agentes públicos nominados como *macro agentes territoriais* da segurança pública de Macapá-AP.

Primeiramente, foi possível identificar, a partir dos relatos dos agentes macro territoriais e dados secundários colhidos junto ao sistema de segurança pública local, que o problema da territorialização dos crimes violentos letais na cidade conjuga fatores socioeconômicos e estruturais, que repercutem nas relações de territorialidade havida entre os cidadãos, e, entre estes e os órgãos de segurança pública, gerando uma forte tendência à presença da violência letal nas áreas mais pobres (e estigmatizadas da capital).

Constatou-se, ainda, que embora os crimes manifestem uma relativa consonância com outros estudos desenvolvidos no Brasil (quanto aos aspectos relativos à idade, sexo e cor das vítimas, bem como quanto a possíveis determinantes dos crimes), a cidade de Macapá apresentou algumas peculiaridades merecedoras de atenção especial, como a estigmatização especial das chamadas áreas de *ressaca*, a indicação da atuação das forças de segurança como determinante para ocorrência de homicídios, repercutindo o fenômeno da letalidade policial.

Observou-se, nos discursos, que a questão de segurança pública não se resume às organizações policiais, por mais que estas tenham papel central no debate público sobre este assunto (COSTA; LIMA, 2014).

A investigação, no mais, permitiu esclarecer percepções (as vezes discordantes entre si) que os integrantes das instituições policiais têm sobre a questão da violência e do crime, no sentido de buscar elucidar como cada organização trabalha para controlar ou mesmo reduzir a criminalidade, por meio de políticas, programas ou medidas públicas de aplicação na escala local e estadual, com destaque para projetos realizados pela Polícia Militar local.

Mais ainda, reforçou-se a tendência literária em afirmar a falta de uma agenda precisa e esforços políticos em compreender a abrangência do campo da segurança pública, o que, em termos práticos, repercute numa total incerteza prática a respeito do papel de cada instituição, bem como dos métodos e formas pelas quais estas deveriam dialogar com a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Constituição (1991). Constituição do Estado do Amapá: promulgado em 20 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/constituicao_estadual_amapa.pdf. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Governo do Estado. Plano Estadual de Segurança Pública 2015 a 2018. Amapá: Sejusp, 2015.

ARENDE, H. Sobre a violência. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEATO FILHO, C. C. Crime e cidades. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Ministério da Justiça. Manual de preenchimento: formulário de coleta mensal de ocorrências criminais e atividades de polícia. Brasília: SENASP, 2006.

_____. Projeto Segurança Cidadã: Pensando a Segurança Pública - Edição Especial Homicídios. Brasília: SENASP, 2016.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa e Rio de Janeiro: Difel e Bertrand Brasil, 1989.

CALDEIRA, T.P. do R. Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2010.

CANO, I.; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (Orgs). Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, p. 51-78, 2007.

CARDIA, N. Jovens violência fatal, superposição de carências e mercado de trabalho. Núcleo de Estudos sobre Violência, USP. 2007. Disponível em:
<<http://www.nevusp.org/downloads/down074.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição Espacial. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTRO, I. E. de. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. In: Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 7-28, jul./dez, 2003.

CHAGAS, C. A. N. Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém. In: Boletim de Geografia da Amazônia, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, jan./jun. 2014.
<https://doi.org/10.17552/2358-7040/bag.n1v1p186-203>

CHAGAS, C. A. N. et al. (Orgs). Território, Rede e Violência: agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas (Relatório técnico). Brasília: Ministério da Justiça, 2017 (no prelo).

CHAGAS, C. A. N; SILVA, M. P.; VIEIRA, D, C. M. Geografia da Violência: produção do espaço, território e segurança pública. Belém: GAPTA/UFPA, 2018.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (Orgs). Homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, p. 141-176, 2007.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. de. Custo da juventude perdida no Brasil. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: Ipea, 2014.

COSTA, A. T. M.; LIMA, R. S. de. Segurança pública. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (Orgs.). Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, p. 482-490, 2014.

CRUZ, L.; SÁ, A. Da desigualdade socioespacial à desigualdade violenta: o retrato da cidade do Recife. Recife: Grupo temático 2, 2009.

ENGEL, C. L. (org.); PARESCHI, A. C. C.; DANTAS, A. G. L.; LIMA, D.P.; ROMAO, D. M. M.; SANTOS, H. F.; BARBOSA, J. F.; NUNES, J. L.; LOIOLA, P. H. R.; SOUSA, R. R.; FABRI, S.; SOARES, V. L.; RODRIGUES, Y. S. (2015) Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Edição X. São Paulo, 2016.

GOULD, E. D.; WEINBERG, B. A.; MUSTARD, D. B. Crime Rates and Labor Market Opportunities in The United States: 1979 - 1997. The Review of Economics and Statistics, 84(1): 45-61, 2002.
<https://doi.org/10.1162/003465302317331919>

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>. Acesso em: 10 maio 2016.

LAZZARINI, A. Reforma Administrativa - Segurança Pública - Desconstitucionalização. A Força Policial. São Paulo, nº 19, p. 22, jul/ago/set, 1998.

LIMA, R. S.; SILVA, G. A. C.; OLIVEIRA, P. S. Segurança pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 7, n. 1, p. 58-83. São Paulo, Fev./Mar., 2013.

LIMA, R. S.; SINHORETTO, J. C.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Revista Sociedade e Estado* v. 30, n. 1, p. 123-144. Jan./Abr., 2015.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100008>

MARRA, M. L. M. P.; BARP, W. J. Violência e transgressão na periferia de Belém: sociabilidade e os arranjos criminosos no espaço de ocupação Riacho Doce. In: BRITO, D. C.; SOUZA, J. L. C (Orgs.). *Na periferia do policiamento: direitos humanos, violência e práticas policiais*. Belém: Paka-Tatu, p. 165-186, 2013.

MIGUEL, L. F. Violência e Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 30. N. 88. Pp. 29-45. 2015.
<https://doi.org/10.17666/308829-44/2015>

PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. A. (Orgs.). *A democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1988.

PINTO, M. A. B.; PELUSO, M. L. In: XIII Colóquio Internacional de Geocrítica, El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, maio, 2014.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SALFATI, C. The Nature of Expressiveness and Instrumentality in Homicide: Implications for Offender Profiling, *Homicide Studies*. v. 4, nº 3, 265-293, 2000.
<https://doi.org/10.1177/1088767900004003004>

SILVA, M. P. *Faces da Metrópole: desigualdades socioespaciais e violência no Distrito de Icoaraci, Belém-PA (dissertação)*. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2018.

SILVEIRA, A. M. A prevenção do crime e segurança comunitária. In: LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (Orgs.). *Crime, Polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 539-546, 2014.

SMITH, M. A New Era of Homicide Studies? Visions of a Research Agenda for the Next Decade. *Homicide Studies*. v. 4, nº 1, 3-17, 2001.
<https://doi.org/10.1177/1088767900004001001>

SOARES, G. A. D. *Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

VILAÇA, I. F. T. *Vitimização por homicídio; perfil socioeconômico e criminal das vítimas*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Belém, 2016.

WASELFSZ, J. J. *Mapa da violência 2014: os jovens no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2014.

ZALUAR, A. Violência, Cultura e Poder. In: *Semiosfera - Revista de Comunicação e Cultura*, Rio de Janeiro, ano 3, ed. especial, dez. 2003.

ZIMRING, F. E. *The great American crime decline*. New York: Oxford University Press, 2007.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195181159.001.0001>

Recebido em: 13/03/2018

Aceito para publicação em: 11/02/2019